



Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte
Secretaria de Gestão Estratégica

ATA DE REUNIÃO

INFORMAÇÕES GERAIS

LOCAL	DATA	HORA		DURAÇÃO/ CUSTO R\$
		INÍCIO	FIM	
Sala de Reunião da SGE	14/11/2016	10:00	12:30	2h30min / 3.972,13

PARTICIPANTES

Nº	Nome	Função	Sector	Assinatura
1	Cleofas Coelho de Araujo Junior	Juiz de Direito Auxiliar	COMARCA DE NATAL - 7ª VARA CÍVEL	
2	Ederson Solano Batista de Moraes	Juiz de Direito	COMARCA DE SANTA CRUZ - 1ª VARA	
3	Janiere de Lira (antigo)	Chefe de Seção de Avaliação da Estratégia e Gestão de Proc	SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	
4	Joao Afonso Moraes Pordeus	Juiz de Direito	2º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA	
5	Joao Francisco de Souza	CHEFE DE SECRETARIA	COMARCA DE NATAL - 9ª VARA CÍVEL	
6	Katiuscia de Azevedo Barbosa		SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	
7	Luciana Targino de Almeida Cardoso	Secretário	TJ-Sec. Orçamento e Finanças	
8	Maria Cristina Menezes de Paiva Viana	Juiz de Direito	COMARCA DE ARÊS - VARA ÚNICA	
9	Maristela Rodrigues de Queiroz Freire	SECRETARIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA	SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	
10	Marivaldo Dantas de Araújo	Juiz de Direito	COMARCA DE ASSU - 3ª VARA	
11	Patrycia Karina de Melo Onofre Araújo	CHEFE DE GABINETE DA SEC DE PLAN E GESTÃO ESTRATÉGICA	SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	
12	Roselie Paiva de Albuquerque	Secretário da Secretaria de Orçamento e Finanças	SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	
13	Suzana Paula de Araujo Dantas Correa	Juiz de Direito	VICE-PRESIDÊNCIA	

OBJETIVO DA REUNIÃO

Reunião de apresentação do orçamento previsto para o ano de 2017 e início dos trabalhos do novo comitê de priorização

PAUTA

1	Cobrança da dívida ativa do Poder Judiciário do RN
2	Apresentação do orçamento previsto para 2017
3	Ações desenvolvidas pelo Departamento de Arquitetura e Engenharia
4	Projeto de modernização dos sistemas de arquivos do Poder Judiciário
5	Projetos desenvolvidos pelo gabinete de Segurança Institucional
6	Dificuldades enfrentadas pela Secretaria de Orçamento e Finanças
7	Atuação das Secretarias do Poder Judiciário
8	Redimensionamento da força de trabalho
9	Alimentação dos dados nos sistemas judiciais
10	Situação dos oficiais de justiça

DISCUSSÃO

1	<p>A presidente do comitê Maria Cristina iniciou a reunião agradecendo a presença dos demais membros; em seguida, os participantes discutiram sobre como realizar cobrança da dívida ativa, que gira em torno de 26 milhões de reais, buscando alternativas para solucionar tal questão. A servidora Karina reforçou a importância da reflexão sobre esse aspecto, alegando que um dos motivos que leva ao congestionamento nas varas cíveis é a falta de servidores para realizar os cálculos das custas judiciais, bem como o não pagamento destas pelo jurisdicionado. Como alternativa, citou o exemplo do Tribunal de Tocantins, que conta com a colaboração de uma contabilidade para a realização dos cálculos e da cobrança. A juíza Suzana comentou que essa é uma questão sensível do Judiciário Potiguar, uma vez que impacta diretamente nos números. O juiz Marivaldo Dantas sugeriu que, uma vez não efetivado o pagamento, a cobrança das custas judiciais ocorresse por via extrajudicial, através do SERASA, proposta aceita pelos presentes. Desse modo, recomendaram a publicação de uma resolução interna do TJRN para regulamentar a inscrição dos devedores no SERASA e implementação, no fluxo de trabalho, da retirada do Serasa uma vez paga a dívida, sendo realizado o treinamento de um servidor de cada vara para fazer a contabilidade. O magistrado Marivaldo se colocou à disposição para auxiliar na implantação dessa iniciativa.</p>
2	<p>A secretária Luciana Targino iniciou sua apresentação explicando que, em termos orçamentários, o Tribunal de Justiça utiliza três instrumentos fundamentais ao longo do ano: a) Plano plurianual, o qual abrange quatro exercícios, sendo o atual elaborado para o período de 2016 a 2019; b) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); c) orçamento em si. Destes, o instrumento mais importante seria a LDO, pois contempla todas as normas e regras para a elaboração de orçamentos. Feito este preâmbulo, as sras. Luciana Targino e Roselie Paiva iniciaram exposição sobre o orçamento previsto para o ano de 2017, mencionando as ações previstas e as metas financeiras de cada secretaria e sanando as dúvidas dos presentes. A apresentação segue em anexo à presente ata.</p>
3	<p>No que se refere às ações desenvolvidas pelo Departamento de Arquitetura e Engenharia, a secretária comentou que está sendo planejada a construção dos fóruns de Lajes, Santa Cruz, Assu, Currais Novos e Pau dos Ferros. O início da construção da nova sede do TJRN também está prevista para 2017 e alojará o montante de 16 milhões, sendo concluída em um período de quatro anos. A sra. Luciana informou que, até o presente momento, o plano de obras para o próximo ano não foi finalizado.</p>
4	<p>A secretária Luciana comentou sobre o projeto de modernização dos sistemas de arquivos do Poder Judiciário, que pressupõe a triagem dos processos, descartando aqueles que não possuem valor histórico e digitalizando os que forem necessários. A esse respeito, o sr. Marivaldo comentou que já atuou em iniciativa semelhante e que se trata de uma ação bastante complexa, devendo haver normatizações para regulamentá-la. A sra. Karina comentou que a secretária judiciária Walteíze Barbosa foi nomeada presidente da comissão que atuará nesse trabalho e já foram feitas três reuniões até o momento.</p>
5	<p>A respeito dos projetos do gabinete de Segurança Institucional para 2017, a sra. Luciana informou da pretensão da aquisição de três veículos para substituir aqueles utilizados atualmente pelos desembargadores, bem como a implantação do sistema de vigilância eletrônica em Parnamirim, Nova Cruz e Nísia Floresta.</p>
6	<p>A secretária Luciana abordou a dificuldade enfrentada pela Secretaria de Orçamento e Finanças devido à falta de conhecimento dos setores quanto ao orçamento que dispõem para o desenvolvimento de suas atividades, solicitando, por vezes, verba a partir do orçamento geral. Diante disso, o magistrado Marivaldo Dantas sugeriu padronização dos pedidos por parte dos demandantes através de um formulário padrão, reforçando que os setores que dispõem de fonte específica devem priorizá-la em detrimento do orçamento geral. A secretária Luciana Targino destacou a necessidade de haver maior integração entre as unidades e setores, envolvendo, sobretudo, as pessoas que atuam diariamente nesses setores, lidando de uma forma mais direta com tais questões. A servidora Karina abordou a necessidade de se implantar a central de custos, aspecto endossado pelo magistrado Ederson.</p>

7	<p>A respeito dos projetos e iniciativas desenvolvidos pelo Poder judiciário, a Secretária Luciana Targino trouxe as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Necessidade da criação de um sistema de almoxarifado que permita o acompanhamento dos materiais encaminhados para cada unidade, gerando um controle estatístico do que é utilizado anualmente e semestralmente; - Proposta da abertura de um centro terapêutico do NOADE em 2017. Os magistrados Marivaldo e Cleofas indagaram se caberia ao Tribunal essa iniciativa, tendo em vista que o município já dispõe de dispositivos com esse mesmo fim, como os CAPSad. As magistradas Suzana e Maria Cristina, por sua vez, discutiram se não seria importante que o TJRN absorvesse essa demanda; porém, o comitê não chegou a um consenso sobre a proposta do NOADE. <p>Ao comentarem sobre as iniciativas da Secretaria de Comunicação, os presentes concordaram sobre a necessidade de aprimoramento quanto às notícias veiculadas pela referida Secretaria, apresentando à sociedade as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo Poder Judiciário, evitando, assim, a publicação de notícias não pertinentes. Os membros do comitê concordam que a Secretaria de Comunicação Social deve mostrar o melhor lado do Judiciário Potiguar.</p>
8	<p>No que se refere à arrecadação do Poder Judiciário, a servidora Roselie informou que não se observou uma queda significativa nos valores arrecadados; em 2016, nota-se um crescimento da arrecadação gradativa da receita judicial em relação a extrajudicial, sendo esse um reflexo da crise. Acrescentou que seria necessária a realização de um trabalho de fiscalização nos cartórios, uma vez que o Tribunal não tem conseguido obter retorno financeiro por parte deles.</p> <p>Em seguida, as servidoras Janiere de Lira e Patrycia Karina comentaram que apresentarão, na próxima reunião, o Plano de Priorização do 1º Grau, encaminhado anteriormente ao CNJ. A esse respeito, a magistrada Maria Cristina solicitou que a secretária de Orçamento e Finanças trouxesse maiores informações, posteriormente, sobre os valores gastos e o orçamento destinado para cada uma das ações previstas no referido plano.</p> <p>Após 1h55min de reunião, as servidoras Luciana Targino e Roselie se retiraram da sala após finalizarem sua apresentação.</p>
9	<p>As sras. Karina e Janiere informaram aos presentes que, para realizar o redimensionamento da força de trabalho, são utilizadas algumas variáveis, como processos baixados, pendentes e casos novos dos últimos três anos. Não obstante esses dados já estejam disponíveis, faz-se necessária revisão do quantitativo de servidores, bem como a formação dos clusters (agrupamentos a partir de competências semelhantes). Comentaram sobre as dificuldades enfrentadas por servidores e magistrados na utilização das tabelas processuais, gerando movimentações incorretas nas unidades judiciais e impactando diretamente nas estatísticas do Poder Judiciário.</p>
10	<p>A servidora Karina comentou que é necessária a realização de um trabalho junto às unidades judiciais para esclarecer as dúvidas dos servidores quanto à alimentação dos dados. A presidente do comitê Maria Cristina sugeriu a promoção de um treinamento por matéria para discutir a alimentação dos dados, incluindo, como público-alvo, tanto juízes quanto servidores. Os membros do comitê concordaram com essa iniciativa e propuseram que fosse realizada ainda no primeiro semestre de 2017.</p>
11	<p>Outro assunto abordado pela Magistrada Suzana refere-se à dificuldade de comunicação entre os servidores das varas e os oficiais de justiça. Argumentou que, segundo a ótica dos servidores, alguns oficiais parecem dedicar-se ao máximo, enquanto que outros trabalham aquém do que deveriam. Uma vez que não há fiscalização direta do trabalho dos oficiais, há a necessidade de compreender o quanto essa força de trabalho pode produzir. Comentou, ainda, que muitos oficiais de justiça estão adoecendo, necessitando-se compreender se a sobrecarga de trabalho, por exemplo, seria um dos motivos que têm levado a tal adoecimento. Compartilhou sobre casos de depressão e suicídio de oficiais de justiça, o que foi corroborado pela servidora Katiuscia, a qual comentou ser expressivo o quantitativo de oficiais afastados por motivos de saúde, segundo dados da Divisão de Perícia Médica. O magistrado Marivaldo demonstrou sua preocupação quanto ao pequeno número de oficiais nas unidades, afirmando que esse aspecto impacta diretamente nas estatísticas do Poder Judiciário; exemplificou que, no caso de intimação de sentença, o processo não pode ser baixado até que o oficial cumpra o mandado. Em decorrência dos poucos oficiais de justiça em atividade, a magistrada Maria Cristina comentou que, em vários municípios, os oficiais afastados estão sendo substituídos por ad hocs, cedidos das prefeituras para cumprirem este papel.</p>
12	<p>Ao final da reunião, a servidora Janieri Lira comentou sobre a redistribuição dos servidores, apresentando planilhas eletrônicas preenchidas pelo setor para envio ao CNJ, as quais subsidiarão a redistribuição. Expôs os dados estatísticos relativos ao Judiciário Potiguar, sanando as dúvidas dos presentes e explicando como foram alimentadas as informações. Os magistrados também teceram sugestões sobre a alimentação da referida planilha, propondo mudanças.</p> <p>Os presentes questionaram se os dados gerados nas planilhas estavam corretos, pois transmitiam a ideia de que há servidores suficientes no Judiciário Potiguar, havendo apenas a necessidade de redistribuí-los melhor. O magistrado Marivaldo acredita que há erros no quantitativo dos servidores, tendo sido desconsiderados, na fórmula, os profissionais afastados. A servidora Janiere Lira informou que indagará ao CNJ sobre como foram desenvolvidos esses cálculos.</p> <p>A servidora Patrycia Karina solicitou a presença de, ao menos, um magistrado para discutir posteriormente, em parceria com a equipe da SGE, a construção dos grupos (clusters), sendo essa etapa fundamental para redistribuição de servidores. Os magistrados Marivaldo e Suzana agendaram reunião com a Secretaria de Gestão Estratégica para a sexta-feira posterior com o propósito de discutir tal questão.</p>

DECISÕES E PROVIDÊNCIAS

Ref. Disc.	Descrição	Responsável	Prazo Final
1	Encaminhar expediente à Presidência do TJRN sugerindo iniciativas para cobrança da dívida ativa.	Maria Viana	19/12/2016
8	Solicitação à Secretaria de Orçamento e Finanças de informações sobre os valores gastos com as ações do Plano de Priorização do 1º Grau, bem como o orçamento previsto para cada uma das ações.	Patrycia Araújo	19/12/2016
10	Treinamento para servidores e magistrados para discutir a alimentação dos dados nos sistemas judiciais	Maristela Freire	09/01/2017